



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

IZABEL CRISTINA PEREIRA ALVES

PROCESSOS EDUCACIONAIS E PSICOLÓGICOS
NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDAS:
Subjetividades em devir

JOÃO PESSOA

2014

IZABEL CRISTINA PEREIRA ALVES

**PROCESSOS EDUCACIONAIS E PSICOLÓGICOS
NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDAS:**

Subjetividades em devir

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista em Fundamentos da Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Nilvanda Dantas Brandão.

JOÃO PESSOA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474p Alves, Izabel Cristina Pereira
Processos educacionais e psicológicos na construção das
identidades surdas: subjetividades em devir [manuscrito] : / Izabel
Cristina Pereira Alves. - 2014.
32 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Nilvanda Dantas Brandão,
Departamento de Educação".

1. Educação 2. Identidade 3. Subjetividade 4. Surdez I.
Título.

21. ed. CDD 370

IZABEL CRISTINA PEREIRA ALVES

**PROCESSOS EDUCACIONAIS E PSICOLÓGICOS
NA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDAS:
Subjetividades em devir**

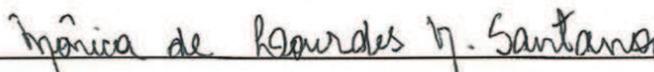
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Especialista em Fundamentos da Educação.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

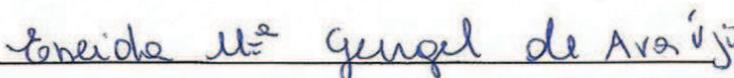
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Nilvanda Dantas Brandão
UEPB



Prof. Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana
UEPB



Prof. Ms. Eneida Maria Gurgel de Araújo
UEPB

Dedico esta conquista à minha família, pela compreensão e apoio. Aos meus pais, por terem sido exemplos de perfeição e dedicação na minha vida, e por terem proporcionado com tanta luta a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bondoso Deus, por ter sido o meu mestre maior.

Ao Governador do Estado da Paraíba na pessoa do Sr. Ricardo Coutinho, por ter proporcionado esta Especialização aos funcionários públicos.

À Universidade Estadual da Paraíba, seus funcionários e corpo docente, em especial à minha orientadora, Nilvanda Dantas Brandão, pelo aprendizado e dedicação por esses meses que trabalhamos juntas, e também pela sua compreensão e profissionalismo.

Um agradecimento muito especial aos meus companheiros de luta e irmãos, na amizade que fizeram parte da turma cinco, pelo acolhimento e risadas, além dos lanches coletivos, que faziam as manhãs de sábado ficarem mais agradáveis, depois de uma semana carregada de trabalho.

Aos colegas de trabalho, pelas constantes trocas de conhecimento e apoio à pesquisa, em especial à minha amiga Cátia Monteiro, intérprete da instituição, por ter me incentivado a continuar no tema estudado.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

O estudo investiga os processos educacionais e psicológicos na construção das identidades surdas, e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e descritiva. Utiliza-se o levantamento bibliográfico como instrumento de coleta de dados, elencando 20 obras publicadas nos últimos 12 anos, que tratam o tema e que formam a base bibliográfica de consulta e análise desta pesquisa. Inclui-se também a experiência vivenciada numa instituição pública no município de João Pessoa/ PB, responsável pelas políticas de educação especial na Paraíba. Para o tratamento dos dados, utiliza-se a análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa apontam que a falta de reconhecimento da cultura surda, do seu desenvolvimento linguístico e processo identitário, estão muito presentes no contexto educacional, com repercussão no psicológico dessas pessoas. Tais aspectos têm levantado várias discussões e estudos, levando a uma reflexão mais profunda sobre esses sujeitos, tendo em vista a promoção dos avanços na educação dos surdos, assim como espaços interativos de aprendizagem. Estes permitirão o rompimento das distâncias entre surdos e ouvintes. Pressupõe-se um devir, que se constitui de forma espiralada, por se tratar de um processo de construção e desconstrução de subjetividades.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Subjetividade. Surdez.

ABSTRACT

The study investigates the educational and psychological processes in the construction of deaf identities, and it is characterized as a bibliographical research, taking a quantitative and a descriptive approach. The bibliographical survey is used to collect the data, listing 20 works published in the past 12 years, which deal with the matter under discussion. It also includes experiences in a public institution of the city of João Pessoa/PB, responsible for the special policies of education in the State of Paraíba. For the processing of data it is used a content analysis. The results of the survey point out that the lack of knowledge about deaf culture, linguistic development and process of identity are very widespread in the educational context, affecting the psychological side of deaf people. These aspects have been subjects of many discussions and studies, taking to a deep reflection about deaf individuals, having in mind the promotion of educational advances for deaf individuals, as well as interactive learning places. These places would allow bringing deaf and listeners together. It presumes a duty in spiral shape, because it is a constructive and deconstructive process of subjectivities.

Keywords: Education. Identity. Subjectivity. Deaf.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DA SURDEZ	11
1.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS: CONSIDERAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA.....	11
1.2 LEGISLAÇÕES: OS CAMINHOS PERCORRIDOS	14
1.3 IDENTIDADES SURDAS	17
2 DESENVOLVIMENTO DAS BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	21
2.1 O MÉTODO	21
2.2 IDENTIDADES SURDAS E EDUCAÇÃO	21
2.3 IDENTIDADES SURDAS E PSICOLOGIA.....	24
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DAS IDENTIDADES SURDAS	27
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

Ao iniciar a introdução deste trabalho, faz-se relevante mencionar um pouco da trajetória da autora da pesquisa. Psicóloga com especialização em educacional, ainda na graduação, uma experiência como estagiária em uma escola de educação especial foi decisiva para manifestar o interesse pelo trabalho com pessoas especiais.

Em 1993, o ingresso em uma instituição que tem como atribuição básica habilitar, reabilitar, profissionalizar e inserir pessoas com deficiência no mercado de trabalho fomentou o objetivo pessoal em lançar um olhar acadêmico sobre aquela realidade. Cabe ressaltar que a instituição também desenvolve programas de prevenção, capacitação de recursos humanos e gerencia as ações de educação especial em todo o estado da Paraíba, e está situada em sua capital, João Pessoa.

Como psicóloga, a atuação em vários setores da instituição com pessoas com deficiência intelectual, visual, dificuldades de aprendizagem, revelou para a autora a certeza de estar na profissão certa. O trabalho desenvolvido atualmente com crianças, jovens e adultos surdos, que utilizam ou não o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), fez adentrar em uma fase de novas experiências e descobertas.

Em paralelo, outros propósitos foram surgindo assim como a realização do curso de especialização, parceria entre Governo do Estado da Paraíba e Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que fez lançar o olhar sobre conceitos como identidades, multiculturalismo, pluralidade cultural, entre outros, que levaram a escolher o universo desta pesquisa.

O tema principal se consolidou com a experiência vivenciada da autora na instituição pública de trabalho, especificamente no setor de reabilitação da pessoa com deficiência auditiva, e com as questões surgidas na especialização. Diante da observação do aglomerado de surdos conversando numa área social da instituição destinada à recreação, eventos e encontros de pessoas, surgiu a inquietação em saber por que apenas alguns deles frequentavam o setor de reabilitação. Após o contato com professores ouvintes e surdos do setor citado, surgiu a resposta de que os demais surdos frequentavam a instituição apenas para ter contato com seus iguais, conversar, bater papo, enfim, encontrar alguém do seu mesmo jeito de ser.

Ao aprofundar o assunto, a pesquisadora constatou que entre eles havia formas diferenciadas do conhecimento de Língua Brasileira de Sinais – Libras, e que em seu contexto social, muitos eram atrasados academicamente; alguns com história de fracasso escolar e abandono dos estudos, entre outras histórias. Foi diante desse impasse e a partir de conversas com um colega de setor e intérprete da instituição, que houve o conhecimento das diversas identidades surdas existentes e como estas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda. Sendo assim, surgiram as indagações: como estava sendo a formação das identidades daqueles surdos que ficavam no pátio e que também deveriam ser acolhidos pela instituição? Quais padrões do desenvolvimento cognitivo, psicológico e educacional estavam sendo formados? Quais subjetividades estavam sendo formadas através das suas experiências e histórias de vida?

O presente estudo nasceu dessas inquietações que fundamentam e justificam a proposta de aprofundar a análise a partir do que a literatura científica apresenta, a fim de refletir acerca das identidades surdas, dos processos educacionais e psicológicos que giram em torno desse conceito, além das subjetividades oriundas das discussões a respeito do tema. O conteúdo da pesquisa é relevante devido às expressivas transformações que a cultura surda vem produzindo, tanto em termos sociais quanto educacionais, as quais vêm buscando promover a inclusão dessas pessoas numa sociedade puramente ouvinte.

O estudo trata de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada na bibliografia disponível na literatura por meio de teses e artigos científicos. Optou-se pela seleção em bancos de dados informatizados, como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*). Selecionou-se 20 artigos publicados nos últimos 12 anos que tratassem o tema da pesquisa. A delimitação temporal foi reportada a periódicos publicados nos últimos 12 anos (2002/2014) em face da legalização da Língua Brasileira de Sinais - Libras, na promulgação da Lei, em 24 de abril de 2002.

O estudo não pretende abordar todos os pontos que se mostram relevantes à temática. A intenção é de iniciar uma discussão que pode se converter em estudos posteriores em relação aos surdos.

O capítulo I contempla pressupostos teóricos sobre a Educação dos Surdos, a Legislação que permeia a temática e as Identidades Surdas - tudo em articulação com as contribuições dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, dentre outros suportes teóricos. Em seguida, o capítulo II desenvolve as bases conceituais e

metodológicas, apresentando como as obras foram selecionadas e como elas tratam da temática proposta pela pesquisa.

O capítulo III versa sobre as considerações mediante os resultados e discussões, por meio do levantamento e análise dos artigos coletados, apontando as temáticas encontradas na tentativa de contextualizar a abordagem principal da pesquisa. Nesse capítulo, os diferentes discursos polemizam as subjetividades existentes em torno da história dos surdos, onde se poderá compreender o local da alteridade. Por fim, há o espaço para algumas considerações acerca da temática em questão.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA DA SURDEZ

1.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS: CONSIDERAÇÕES AO LONGO DA HISTÓRIA

A educação dos surdos passa por distintos momentos históricos em que as mudanças acompanharam as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, constituindo novos saberes. No passado, os surdos eram pessoas consideradas incapazes de se desenvolverem plenamente, pois lhes faltava a propriedade da linguagem. Sendo assim, o surdo não falava e, conseqüentemente, não pensava. E, por isso, não poderia aprender o que lhes fosse ensinado (MOURA, 2000). Em função disso, ele sequer frequentava escola. Era excluído da sociedade, sendo proibido de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Dessa maneira, os surdos eram privados de seus direitos básicos.

De acordo com alguns registros da História da Educação dos Surdos ao longo do tempo, nos séculos XV e XVI, por não haver escolas para os surdos, alguns professores começaram a desenvolver trabalhos com as pessoas surdas em todas as partes do mundo. Porém, o verdadeiro início da educação dos surdos “nasceu” com um educador espanhol, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, que dedicou sua vida à educação dos filhos surdos da nobreza espanhola, com o intuito de alfabetizá-los, para seguirem as doutrinas do cristianismo. Além de sinais, ele utilizava treinamento da voz e leitura dos lábios - o método oralista.

Sendo assim, o trabalho de Ponce de Leon foi reconhecido por toda a Europa e serviu de referência para outros defensores da educação oralista, como Pereire, nos países de origem latina, Amman, na Alemanha, e Wallis, nas Ilhas Britânicas. Conforme relata Moura (2000), eles adotaram a mesma abordagem oralista.

Nos séculos seguintes, outros professores sobressaíram com o mesmo objetivo dos anteriores, buscando desenvolver a educação dos surdos: Ivan Pablo Bonet (Espanha), Abbé Charles Michel de L'Épée (França), Samuel Heinicke e Moritz Hill (Alemanha), Alexandre Gran Bell (Canadá e EUA) e Ovide Decroly (Bélgica).

Destaca-se, no ano de 1760, Abbé de L'Épée, que reconheceu a Língua de Sinais como forma de comunicação entre os surdos. Ele criou um método que consistia em um sistema de sinais usados na mesma ordem da língua francesa,

além de alguns sinais inventados. O francês fundou o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris, na França, que foi a primeira escola pública para surdos no mundo.

Em 1880, no Congresso Mundial de Professores de Surdos em Milão, na Itália, foi determinado que todos os surdos deveriam ser ensinados pelo Método Oral Puro. Essa foi uma decisão tomada pela maioria, os ouvintes. Em nenhum outro evento da história houve um impacto tão grande na educação dos surdos quanto esse. Os sujeitos surdos ficaram subjugados por mais de 100 anos às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma “etnocêntrica ouvintista” (PERLIN; STROBEL, 2008), tendo de imitá-los. A razão principal desse congresso consistia em defender a proposta oralista, subjugando a Língua de Sinais como imprópria e inferior, destinada àqueles considerados pela sociedade francesa como “anormais”.

Dessa forma, o povo surdo travou uma longa e sofrida batalha na defesa do seu direito linguístico-cultural. Sá (2004, p.3) relata essa batalha:

Em síntese, a história dos Surdos, contada pelos não-Surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram “descobertos” pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem “educados” e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos.

Nesse sentido, Gobbi (2006) faz uma analogia do discurso de Foucault com relação aos loucos, à situação dos surdos diante da hegemonia dos ouvintes. Foucault elencou uma série de situações que foram sonogadas aos loucos. Estes foram separados da sociedade pela definição da doença, interditados por serem incapazes juridicamente e privados de sua liberdade ao caírem sob a responsabilidade de outro, o qual teria poder sobre sua pessoa. Assim, os surdos eram vistos como estranhos em sua própria pátria. Foi concedido a outro o poder de falar por eles diante da impossibilidade de se comunicarem com as pessoas, e assim negados à sua língua natural, forma de dialogar e se relacionar socialmente. Portanto, esses também são considerados estranhos na sociedade em que vivem.

Em 1857, o professor francês Eduard Harnest Huet, que era surdo e adepto de L'Épée, veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, para fundar a primeira escola para meninos surdos: o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional

de Educação de Surdos - INES, situado no Rio de Janeiro. Diante disso, os surdos brasileiros passaram a ter uma escola especializada para sua educação, além da oportunidade de criar a Língua Brasileira de Sinais - Libras, com sua origem na Língua de Sinais Francesa de autoria de Huet.

Moura (2000) comenta que o trabalho desenvolvido por Huet com a Língua de Sinais permaneceu apenas enquanto ele estava sob o comando do Instituto. Depois, a proposta oralista vigorou de uma forma absoluta, de modo que muitas escolas que surgiram na época passaram a adotar o Método Oral, a exemplo do Centro de Audição e Linguagem “Ludovico Pavoni” - CEAL/LP - em Brasília, Instituto Santa Terezinha, para meninas-surdas em São Paulo, Escola de Surdos de Vitória, Escola Concórdia - Porto Alegre - RS, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES.

De acordo com Gobbi (2006), o fator agravante da filosofia oralista era considerar a surdez como deficiência, buscando a reabilitação no sentido clico-terapêutico de “tratar” a falta da audição, perdendo de vista o cidadão surdo, o ser surdo. Num longo período, o método oralista teve força, mas em meados de 1960, uma nova modalidade, a Comunicação Total (modalidade mista ou bimodalismo) teve sua ascendência. Ela consistia no uso combinado ou simultâneo de palavras e sinais e utilizava-se da soletração, sinalização, leitura labial, fala e ampliação de sons, tudo ao mesmo tempo. A língua de sinais passou a ser aceitável, mas organizada e estruturada na gramática da língua oral. A língua oral se sobrepôs a língua de sinais.

Mais recentemente, com os avanços em pesquisas sobre as línguas de sinais, surgiu a modalidade educacional Bilíngue. A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas. A Língua de Sinais passa a ser a primeira língua e o português é utilizado na modalidade escrita, sendo a segunda língua. Caracterizando o Bilinguismo, Goldfeld (1997, p. 38) diz:

O Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país [...]. Os autores ligados ao Bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez.

Assim como o Bilinguismo, outras conquistas tiveram destaque no movimento dos surdos, a exemplo das legendas e uso do TDD, melhoria na qualidade de ensino nas escolas, respeito à língua natural, acesso aos meios de comunicação e serviços de intérpretes.

A respeito do intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, destaca-se o pensamento de Dutra Lins, Schubert e Coelho (2013). Eles apontam que mesmo sendo o intérprete inserido de forma legal na educação dos surdos, conforme a Lei 12.319/10 (BRASIL, 2010), como a pessoa que dá voz ao que antes era silenciado por barreiras comunicativas, ainda assim os surdos anseiam por uma educação efetivamente bilíngue. Há de se observar quanto a modalidade bilíngue é significativa para os surdos, revelando a forma de desconstruir a educação imposta até hoje pelos ouvintes.

Os mesmos discursos e tensões que se fizeram presentes na história da educação dos surdos também estão presentes na elaboração das leis, que direcionam as práticas voltadas para a educação dos surdos. A seguir estão listados alguns dos marcos legais.

1.2 LEGISLAÇÕES: OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Os marcos legais que regem a educação de surdos se entrelaçam com a legislação da educação especial, através dos movimentos culturais, políticos e sociais das minorias frente a uma sociedade de exclusão.

Marcos Internacionais:

A partir de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a ser o modelo das ações que fazem reverência à educação com Necessidades Educativas Especiais - NEE. Ela expressa a garantia de que toda a pessoa tem direito à educação. Além disso, a educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. A partir desse contexto, houve

uma influência na formulação das leis e políticas de educação especial em âmbito mundial. Iniciava um novo período, a fim de encontrar caminhos para tratar as pessoas com deficiência, com o objetivo principal de dar-lhes condições para serem educadas em escolas, fora de internatos. Nessa ocasião, classes especiais começaram a expandir por todo o mundo.

Conforme Karagiannis, Stainback, W. e Stainback, S. (1999), nas décadas de 1950 e 1960 houve um expressivo aumento das classes especiais nas escolas públicas. Nelas, os alunos com necessidades educacionais especiais ficavam integrados com os do ensino regular, mas somente durante o recreio. Com a segregação escolar e social das pessoas com deficiência, o movimento da inclusão teceu mudanças na educação para atender melhor a essas pessoas.

No início da década de 1990, a Declaração de Jontien (UNESCO) ou Conferência Mundial de Educação para Todos - na qual o Brasil e outras nações participaram -, traçou um Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem. Vários representantes de governos, organizações internacionais e organizações não governamentais (ONGs) elaboraram esse plano com o objetivo de garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna. É em seu terceiro artigo que a Declaração inclui os sujeitos com deficiência e trata de seus direitos:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (BRASIL, 1993).

Lunardi (2003) relata que, no Brasil, várias metas foram assumidas para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nessa Declaração. No entanto, tais compromissos representaram um reforço qualitativo a tal segmento populacional, visto que a Constituição já garantia, desde 1988, o direito à educação, preferencialmente no ensino regular. Nesse sentido, uma série de ações começou a surgir nacionalmente, a exemplo do Plano Nacional de Educação Especial.

Voltando aos marcos internacionais, em 1994 surgiu uma nova linha de ação, a Declaração de Salamanca, com o objetivo de implementar as políticas públicas/ações para assegurar os direitos à educação das pessoas com deficiência. Ela proclama que “as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter

acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades” (BRASIL, 1994).

Segundo Lunardi (2003), como decorrência dos debates sobre a universalização da educação reforçada na Declaração, percebeu-se a necessidade emergente de os alunos das classes especiais estarem em escolas comuns com a maioria das crianças, surgindo assim o conceito de escola inclusiva, atrelado ao conceito de preconceito contra as pessoas com necessidades especiais, sendo este último anunciado no próximo marco internacional.

Em 1999, foi anunciada uma nova diretriz em defesa dos direitos das pessoas com deficiência: a Declaração de Guatemala ou Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Preconceito contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Ela afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito e, assim sendo, merecem ser respeitados sem qualquer distinção, mesmo que sofram de alguma deficiência ou anomalia.

Segundo a Convenção, o termo deficiência é classificado como uma limitação física, mental ou sensorial, que pode ser permanente ou transitória, dependendo de quando foi adquirido, causado ou agravado pelo ambiente social. Isso recai na questão do preconceito e da discriminação, onde essas pessoas muitas vezes são vítimas. No Art. 1º, o termo discriminação é assim definido:

O termo “discriminação contra as pessoas com deficiência” significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecede de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiências de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (DECLARAÇÃO DE GUATEMALA, 1999, p. 3).

Historicamente, a humanidade trata as pessoas com necessidades especiais como pessoas marginalizadas, inferiores e discriminadas. Após a observação de como as leis são necessárias para valer o direito desses sujeitos no mundo inteiro, há de se considerar as leis nacionais, que não diferem muito da realidade já vista.

Marcos nacionais:

Em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus Art. 88 e 89, já fazia referência à educação especial, garantindo o direito à educação.

No ano de 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a lei confirmou com a Constituição Brasileira a educação dos surdos. Passou então a vigorar, acrescida do Art. 26-B, que afirma: “Será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras, na condição de língua nativa das pessoas surdas”.

A nova LDB - Lei n. 9394/96 - tece algumas inovações que indicam melhores perspectivas governamentais e legislativas para a educação de surdos. Já a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, cria condições de acessibilidade na comunicação. Ela se refere aos meios essenciais de participação social. Em seu Art. 17 fala sobre:

[...] a eliminação de barreiras na comunicação e a criação de mecanismos que tornem acessíveis os sistemas de comunicação para garantir o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (PERLIN; STROBEL, 2008, p. 30).

A Lei Federal n. 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a língua de sinais em todo o país. Ela foi regulamentada e os fundamentos foram publicados através do Decreto Governamental n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, tornando obrigatório o uso da Língua de Sinais não somente para os surdos, mas também para professores que tenham alunos surdos, como também assegura a atuação do intérprete da língua. A profissão de intérprete de Língua de Sinais teve sua regulamentação de acordo com a Lei n. 12.319/10. Ele atende às pessoas surdas em diversos momentos, promovendo acessibilidade social.

Os marcos legais que giram em torno da educação dos surdos revelam o quanto se avançou nas causas da cultura surda, mas ainda há muito a percorrer para um reconhecimento mais humano dessa diversidade cultural. Como efeito dessas conquistas, houve também avanços em nível teórico científico - as identidades surdas. A esse assunto é que está direcionada a discussão que segue.

1.3 IDENTIDADES SURDAS

A educação de surdos ao longo dos tempos tem sido marcada por uma visão clínica, que visa à cura, a normalização. Nesse contexto, os surdos são vistos

como deficientes, com graus de perdas auditivas, e precisam desenvolver a oralidade. Essa visão, até os dias atuais, influencia as práticas educacionais com surdos, o que causa o efeito permanente do fracasso escolar desses sujeitos e, conseqüentemente, a sua exclusão no processo educacional.

Segundo Perlin (2005), essa concepção etnocêntrica abdica aos surdos a condição de sujeito, suas identidades e sua língua natural (a Língua de Sinais), aspectos primordiais para a construção de suas comunidades linguístico-culturais e seus discursos. Nesse sentido, a história que permeia a surdez e da educação dos surdos é uma história de posse dos ouvintes.

No entanto, novos estudos sobre a surdez e sobre a educação dos surdos, a exemplo dos Estudos Surdos e dos Estudos Culturais, se aproximam de outra concepção mais voltada para a valorização da pessoa surda - a concepção sócio-antropológica. Ela aponta que a surdez compreende o sujeito surdo como elemento de uma comunidade linguística minoritária, que faz uso da Língua de Sinais representada pelo recurso gestual-visual. Essa concepção considera a surdez como uma diferença que, acima de tudo, deve ser compreendida e respeitada.

A partir dessa nova visão, outras realidades foram sendo construídas e novos discursos foram se projetando a respeito dos surdos, o que fortaleceu o reconhecimento da diversidade e, conseqüentemente, da cidadania desses sujeitos. Novos aspectos contextuais e pressupostos filosófico e cultural trouxeram mudanças de paradigmas que colaboraram para novos conceitos, a exemplo das identidades surdas.

O conceito de identidade traduz um conceito de posse e consciência de si diante dos outros. A identidade do homem se constitui ao entrar em contato com o mundo, agregando múltiplas dimensões e características. Morin (2002) revela que os outros moram em nós e nós moramos nos outros. Hall (2006) discute o conceito de identidade em três concepções diferentes. A primeira fala do sujeito do Iluminismo, que caracteriza o homem como sendo totalmente unificado, centrado em si mesmo. O seu eu interior permanece sempre igual, imutável. A segunda concepção fala do sujeito sociológico. Nesta o autor diz que o homem constrói seu eu interior nas relações com as outras pessoas, na interatividade entre o indivíduo e a sociedade. A terceira concepção apresentada pelo autor fala do sujeito pós-moderno. O homem possui uma identidade fragmentada, possuidor de várias

identidades. Isso define o sujeito pós-moderno, com uma identidade que não é fixa, nem permanente; uma identidade que é construída historicamente.

Perlin (2004), pesquisadora da cultura surda, cita algumas das várias identidades comuns entre o povo surdo, e que representa bem essa última concepção de Hall. Segundo ela, tais identidades são construídas dentro das representações históricas de vida.

[...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social PERLIN (2004, p. 77-78).

São elas:

1. Identidade Política Surda – faz uso da Língua de Sinais, enfatiza a militância pela causa surda, zelando pela cultura surda. Nessa categoria tem uma predominância de surdos filhos de pais surdos.
2. Identidades Híbridas – são surdos que nasceram ouvintes e com um tempo se tornaram surdos. Descobrem uma forma de usar a dualidade na comunicação.
3. Identidades de Transição – São surdos que viveram uma grande parte de suas vidas condicionados a cultura e experiência ouvinte, porém descobrem a cultura surda e optam por ela.
4. Identidade Incompleta – São surdos que negam a representação surda e não se aceitam como surdos, em função do domínio da cultura ouvinte em suas vidas. Não conseguem nem chegar a se organizar em comunidades surdas.
5. Identidades Flutuantes – são surdos que conscientes ou não de sua surdez, desprezam a cultura surda e se conformam com a cultura ouvinte. Esforça-se pra ser ouvinte, mas lhe falta a comunicação oral, ficando assim fora da comunidade ouvinte.

Nessa caracterização feita por Perlin (1998, p. 62-67), percebe-se que as formas da mudança começam no momento em que os surdos passam a conviver com a comunidade surda, resignificando sua história, tendo a experiência visual pela Língua de Sinais, um marco em seu desenvolvimento sociopolítico-cultural.

Para compreender melhor essa transformação na relação com a educação e em nível psicológico, destaca-se a seguir as bases conceituais e metodológicas

dessa pesquisa, onde as obras relacionadas com o tema mostraram a complexidade e amplitude da temática escolhida.

2 DESENVOLVIMENTO DAS BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

2.1 O MÉTODO

O estudo trata de uma pesquisa qualitativa e descritiva fundamentada na bibliografia disponível na literatura por meio de teses e artigos científicos. Optou-se pela seleção em bancos de dados informatizados, como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e artigos publicados nos últimos 12 anos que tratassem o tema dessa pesquisa.

Para busca do material, utilizaram-se alguns cruzamentos de palavras-chave, a saber: identidade surda e concepções; identidade surda e subjetividades; educação bilíngue e inclusão; família e surdez. Em seguida, todas as teses e artigos que teceram a amostra foram lidos na íntegra e resenhados. A delimitação temporal se reportou em periódicos publicados nos últimos 12 anos (2002/2014) em face da legalização da Língua Brasileira de Sinais - Libras, na promulgação da Lei, em 24 de abril de 2002.

Para a escolha e estudo posterior do material, foram realizadas leituras dos resumos dos artigos, procurando identificar sua relação com o tema da pesquisa. Seguiu-se com a elaboração de resenhas.

A análise dos artigos permitiu identificar algumas categorias temáticas relacionadas ao tema principal: identidades surdas e educação e identidade surdas e psicologia.

2.2 IDENTIDADES SURDAS E EDUCAÇÃO

A educação de surdos tem sido destaque nos últimos anos por mostrar que não se pode pensar numa política educacional inclusiva sem pensar no desafio da abordagem multiculturalista no espaço da educação. Sem sombra de dúvidas, a história do movimento multicultural registra a história das minorias, dos rejeitados, dos diferentes, dos oprimidos, tanto no âmbito escolar como na sociedade em geral.

Nessa perspectiva, Machado (2004) discorre sobre os movimentos sociais dos surdos, que se assemelham aos vários movimentos sociais ocorridos no Brasil e no mundo. Ele questiona a visão homogeneizada das sociedades, que gerou lutas pelo reconhecimento de suas diferenças, de suas múltiplas identidades, enfim, das

desvantagens e desigualdades sociais, recheadas de discriminação social de diversas naturezas.

O espaço educacional dos surdos também demarcou e demarca muitas tensões em função das práticas educacionais que buscam o apagamento da surdez. Machado (2004, p. 4) diz que:

A comunidade surda traz uma trajetória de fracasso educacional, um fracasso que não é do surdo, e sim da comunidade ouvinte que, em sua supremacia, sempre definiu os rumos da educação de surdos através de políticas elaboradas longe da comunidade surda.

Lodi e Moura (2006) também descrevem que foram muitas as consequências educacionais para os surdos, e destacam a submissão desses sujeitos a práticas escolares voltadas para ouvintes, limitando as suas experiências educacionais.

Nessa ótica educacional, os surdos são levados a uma falsa concepção ideológica/pedagógica, como também a se identificarem com falsas representações sociais, o que gera identidades multifacetadas.

Os Estudos Surdos têm levado a temática da educação dos surdos para uma linha de pensamento que possibilita o conhecimento da cultura e seu papel político na construção de uma educação em que a identidade surda é realmente considerada. A concepção sócio-antropológica diz respeito a essa linha de pensamento, a qual já foi discutida anteriormente.

Trata-se de um desafio de tamanha envergadura, para que a relação cultura e educação gerem ações de um verdadeiro reconhecimento à diversidade cultural na prática escolar, estabelecendo o respeito entre seres humanos.

Nessa proposição, enfoca-se a pesquisa de Costa, Reis e Machado (2013), na qual as autoras apresentam os inúmeros impasses encontrados no cotidiano escolar, visando um trabalho pedagógico que contempla, de fato, a educação para a formação e necessidades do estudante surdo. Elas citam Santos (2012, p. 79), que discorre:

Um dos grandes desafios dos educadores é que o tipo de oferta educativa deve ser baseado na compreensão do respeito à cidadania, do efetivo exercício da pluralidade cultural, da constituição de conhecimentos e a formação de sujeito crítico e participativo.

Essa é uma barreira ainda a ser superada nos territórios escolares, no que diz respeito ao reconhecimento dos surdos em sua diferença, quebrando assim o estereótipo de que são incapazes e deficientes.

Algumas obras analisadas falam da educação bilíngue para romper com esse paradigma, reconhecendo a Libras como a língua natural dos surdos e norteadora de práticas pedagógicas que respeitam essa diversidade, contribuindo assim para o processo de construção da identidade desses sujeitos no território escolar.

Diante do exposto, a Língua de Sinais tem a mesma função da língua oral, a comunicação. Porém, o que difere é seu campo gesto-visual e sua estrutura linguística. Como afirma Sacks (1998), as Línguas de Sinais apresentam sintaxe, gramática e semântica completas, mas possuem caráter diferente daquele das línguas escritas e faladas. Dessa maneira, a Língua de Sinais deve ser respeitada como língua.

Gesueli (2006) afirma que garantir o uso da Língua de Sinais no contexto escolar é essencial para o reconhecimento da surdez, e comenta ainda sobre a importância da presença do professor surdo no ambiente, possibilitando o encontro surdo com surdo. Certamente, tais experiências farão esses sujeitos se perceberem como surdos, definindo novos caminhos tanto nos aspectos educacionais como sociais.

Na escola, o surdo irá construir sua identidade estabelecendo contatos com o meio e vivenciando situações diferenciadas de representações. Assim, as múltiplas identidades surdas serão formadas. Como sujeito de relações em um mundo ouvinte, isso poderá levá-lo a uma instabilidade emocional interior, gerando implicações educacionais e psicológicas sem precedentes. Quanto mais cedo o contato com a Língua de Sinais, com os seus pares, com os professores surdos, mais claro será o entendimento de pertencimento a um grupo social. A escola deverá oferecer condições mais favoráveis aos alunos surdos, ampliando o seu acesso educacional, a exemplo de alguns aspectos educacionais que podem formar um ambiente mais inclusivo. Algumas das obras analisadas destacam alguns desses fatores e dizem ajudar na construção da identidade desses alunos. Apontamos alguns mais importantes, são eles:

- Ampliação dos recursos visuais para sua acessibilidade educacional;
- Investimento no convívio com o outro igual;
- Participação do professor surdo para identificação cultural;
- O bilinguismo como filosofia educacional;
- Uma proposta pedagógica que valoriza a diferença e não a deficiência.

A seguir, discorre-se acerca da relação da Psicologia com as identidades surdas e as subjetividades construídas pelos surdos em seu processo identificatório.

2.3 IDENTIDADES SURDAS E PSICOLOGIA

A constituição psíquica dos surdos é marcada por dois momentos distintos: o antes e o depois do conhecimento da Língua de Sinais. Levando em consideração que 95% das crianças surdas são filhos de pais ouvintes (LICHTIG; BARBOSA, 2010), a prática da oralidade é tida como imposta no ambiente familiar. Esse fato resulta em um atraso de linguagem nessas crianças, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral. Sem adquirir uma língua própria, a criança pode ficar gravemente confinada a um mundo restrito (SACKS, 1998). Diferente das crianças surdas de pais surdos, a aquisição da Língua de Sinais acontece de forma espontânea e natural, e por meio dela é construída sua identidade, alicerçada na sua cultura.

Dessa forma, observa-se a importância da linguagem como mediadora para percepção do mundo e de si. O sujeito surdo apresenta significativas perdas quando ainda não tem acesso à Língua de Sinais, sofrendo enormes dificuldades na formação de sua própria consciência. Em seu artigo, Dizeu e Caporali (2010) comentam que a partir da aquisição de uma língua, toda a criança constrói sua subjetividade, passando a ter contato com sua comunidade, trocando ideias, sentimentos, compreendendo o que se passa ao seu redor e adquirindo novas concepções de mundo.

No caso de crianças surdas, esse processo só irá acontecer se estas forem integradas desde cedo em sua cultura, se relacionando com os iguais, estabelecendo um vínculo forte com a comunidade surda, seus costumes e sua língua. Nessa perspectiva, a construção da subjetividade se dará nas relações

sociais, nas representações dessas vivências, definindo suas características e seu comportamento, definindo a sua identidade.

Para Vygotsky (1983/1995, p. 97), em sua teoria sócio-histórica, “a linguagem se origina a partir da necessidade de comunicar-se e pensar, o pensamento e a comunicação aparecem como resultado da adaptação às complexas condições da vida”. Já Orsoni (2007) comenta que para os surdos sem uma comunicação voltada para a sua natural, as forças da criança se atrofiam, a saúde espiritual e a psique normal se desorganizam e se dissociam e a surdez se torna um trauma.

Perlin (2009, p. 31-37) discorre sobre três situações a considerar no processo dessas relações para a construção da identidade surda, levando em conta o primeiro contato social da pessoa no mundo, a família. São elas:

- Surdos filhos de pais surdos – o processo de identificação para este surdo se dará de forma espontânea e natural. O meio familiar lhes proporcionará o contato mais cedo com a comunidade surda, com sua cultura.
- Surdos filhos de pais ouvintes que nunca teve contato com a LIBRAS e nem com a comunidade surda – o processo de identificação neste caso se dará de forma limitada. O surdo terá uma relação com a família através de gestos caseiros e não através da LIBRAS. Estes gestos lhes farão se comunicar com o externo, mas o entendimento será muito restrito. O seu autoconhecimento será bastante comprometido, por estar convivendo com uma língua oral que não domina, e por não saber se comunicar pela língua de sua cultura, a LIBRAS. Mas mesmo acontecendo desta forma, a identificação ocorrerá.
- Surdos filhos de pais ouvintes que têm contato com a LIBRAS e com a comunidades surda – o processo de identificação do surdo neste caso se dá através do conhecimento da LIBRAS e da comunidade surda. A partir desse contexto o surdo passa a expressar seus sentimentos, suas ideias, seus pensamentos, enfim, passa a ter recursos linguísticos e psíquicos para se expressar, o que não acontece com a linguagem dos sinais caseiros que fica restrito a uma linguagem privada e reduzida.

As situações citadas por Perlin (2009) mostram o quanto a relação família/Língua de Sinais é fundamental ao desenvolvimento dos aspectos cognitivo, psicológico e social dos surdos. É através dessas relações, com ou sem o contato com a Língua de Sinais, que Orsoni (2007) explica que mesmo diante das dificuldades sociais e individuais, a pessoa surda se desenvolve. A diferença estará exatamente nas representações de sua trajetória de vida, o que Perlin (2004) diz que irá gerar as identidades multifacetadas, representando a subjetividade humana.

Atrela-se ainda à família ouvinte o momento da descoberta da surdez do filho, que deixa muitas famílias em um momento de luto pela não concretização de um sonho idealizado, um filho normal, um filho ouvinte. Esse luto também vai influenciar psicologicamente a criança surda, pois vai revelar a origem de sua história, que, conseqüentemente, vai depender do tempo da aceitação por parte dos pais. Segundo Orsoni (2007), esse tipo de reação diante da descoberta ou do primeiro contato com o defeito ou a deficiência, não é algo incomum ou anormal, pois aos poucos, com a dinâmica e o dia a dia de cada família, outras proporções vão acontecendo para aceitação. Mas a sua permanência pode acarretar algum prejuízo para o desenvolvimento adequado da criança ou retardá-lo, reforçando o que afirma Vygotsky (1983/1995).

Tudo isso reflete posicionamentos e discursos diversificados que remetem, a saber, qual é o lugar da surdez.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS CONSTITUTIVOS DAS IDENTIDADES SURDAS

A partir das interpretações das obras analisadas como forma de obter uma visão mais abrangente do fenômeno da surdez nos diferentes processos constitutivos das identidades surdas, entrelaçam-se os discursos das obras e de seus autores, encontrando alguns aspectos em comum.

No tocante aos aspectos educacionais na construção das identidades dos surdos, observou-se que das 20 obras analisadas, a maioria relacionava a Língua de Sinais e a educação bilíngue como representações que referendam a educação de surdos. Isso se explica em virtude da reconstrução da história dessas pessoas, em decorrência do forte movimento social em defesa da cultura surda.

Em um processo de subjetivação e mudança dos surdos, as obras apresentaram também os marcos históricos internacionais e nacionais, possibilitando uma visão da trajetória de lutas sociais, culturais e educacionais dos surdos. A relação de poder dos ouvintes sobre os surdos é destacada por grande parte dos autores que avaliam o auge desse poder, o Congresso Mundial de Professores de Surdos em Milão, na Itália, no ano de 1880. Foi um momento obscuro na história dos surdos, chegando-se à conclusão de que todos os surdos deveriam ser ensinados pelo método oral puro, o método dos ouvintes.

Com a pesquisa, observou-se quanto a supremacia dos ouvintes acarretou danos psicológicos aos surdos. Alguns estudos analisados mostraram que o contato com a Língua de Sinais e com a cultura surda, o mais precocemente possível, acarreta em ganhos na constituição social, cultural e psicológica desses sujeitos. No entanto, é um processo que depende do primeiro contato social da pessoa no mundo, a família. Com os estudos, viu-se o quanto as famílias são importantes no desenvolvimento global das crianças surdas, proporcionando mudanças qualitativas em suas vidas. Por outro lado, como foi dito, é um processo longo e difícil, mas não impossível.

Através do estudo, considera-se que as subjetividades produzidas por esses sujeitos em tempos pós-modernos estão entrelaçando as diversas culturas, os diversos discursos e formas de ser, gerando identidades multifacetadas. Isso faz perceber, a partir dessa interpretação, similaridades com os surdos atendidos na instituição em que a autora desta pesquisa desenvolve suas atividades profissionais.

Ao longo do trabalho e em meio às interpretações dos textos analisados (artigos acadêmicos, monografia e dissertação) possibilitou-se adentrar um pouco mais no universo de vivência social dos surdos, ao mesmo tempo em que propiciou despir-se do preconceito e discriminação, e apreendê-los na plenitude da dignidade, de seus direitos e, sobretudo, de sua diferença.

Portanto, entender o surdo é perceber a sua existência e a sua exterioridade cultural no mundo onde a diferença parte do princípio da alteridade, ser o outro como outro. As questões culturais, quando entendidas em uma abordagem multicultural, a partir de um território onde as diferenças se mesclam, vão formando as subjetivações coletivas de maneira harmoniosa. Esse princípio coloca o surdo no lugar de “estar sendo”, como enfoca bem Perlin (2003, p. 91):

O estar sendo surdo entre nós é considerado um estar na experiência surda componente ativa que se agencia nas dinâmicas de poder constitutivas do povo surdo. É uma experiência na convivência do ser na diferença, no espaço de uma cultura, de um povo.

Nesse contexto de alteridade, faz-se necessário refletir sobre as estruturas e os agentes que participam do processo educacional das pessoas surdas. A escola exerce papel fundamental na perspectiva de alargar o espaço de discussão sobre a diversidade humana no sentido de quebrar barreiras do preconceito e discriminação.

Muitas expectativas surgiram ao longo dessa pesquisa, e elas foram se revelando em subjetividades. Pressupõe-se um devir, que se constitui de forma espiralada, pois ainda constata-se que a identidade surda é um processo. Como processo, é preciso não apenas a efetividade do marco legal, mas o alargamento do espaço de reconhecimento dessa categoria minoritária. Isso implica no respeito à diferença, encarando o sujeito surdo imerso não apenas em uma sociedade de ouvintes, mas em uma sociedade inclusiva, com espaços escolares humanizados, integrando-os em uma nova cidadania planetária.

Estabelecendo uma conexão com a prática da pesquisadora, foi possível observar a validade dessas discussões. Considerando as variáveis mencionadas nessa pesquisa, os surdos, que se encontram no pátio da instituição mencionada anteriormente, estão plenamente identificados com a tipificação feita por Perlin (2004).

Acredita-se que esse estudo bibliográfico poderá constituir material para um provável estudo de campo, pois além das identidades apontadas por Perlin (2004), é possível prever a existência de outras tantas identidades sob o viés sociocultural. No entanto, esse é outro estudo que se apresenta como possibilidade de nova atividade acadêmica visibilizada no processo de formação continuada. O fim desse percurso aponta como início a novos desafios e reflexões sobre os sujeitos surdos, em vista de promover o reconhecimento desses sujeitos e, assim, contribuir como agente desse processo, para minimizar as barreiras humanas e sociais que lhes impõem restrições ao exercício da cidadania plena e de uma vida digna e participativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua de Sinais - Libras. 2010. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos - satisfação das necessidades de aprendizagem**. In: **Plano Decenal de Educação para Todos**. 1993. Disponível em:

<<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=91>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

COSTA, Paula Naranjo; REIS, Joana Grana; MACHADO, Andrezza Belota.

Educação de Surdos: uma discussão teórica acerca do trabalho pedagógico numa perspectiva bilíngue de ensino. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-001.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

DECLARAÇÃO de Guatelama: convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

1999. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoadeficiencia/convencao_interamericana_dec_1973.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2014.

DIZEU, Liliane Correia TB; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200014>. Acesso em: 05 abr. 2014.

DUTRA LINS, Eliane de das graças Santos; SHUBERT, Silvana Elisa de Moraes; COELHO, Luiz André Brito. **Surdos**: contradições na inclusão cultural e identitária na escola. 2013. Disponível em:

<http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/7569_4954.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2014.

GESUELI, Z. M. **Linguagem e identidade**: a surdez em questão. Campinas: Educação e Sociedade, 2006.

GOBBI, Mirian. **Caminhos e (des) caminhos na educação de surdos: da reabilitação à inclusão**. 2006. Disponível em:

<<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/1305>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LICHTIG I; BARBOSA, FV. Abordagem bilíngue na terapia fonoaudiológica de surdos. In: FDM, Mendes BCA, Navas ALPGP (Orgs.). **Tratado de Fonoaudiologia**. 2. ed. São Paulo: Roca; 2010.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MOURA, Maria Cecília de. **Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social**. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/viewFile/1624/1472>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

LUNARDI, Márcia Lise. **A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MACHADO, Paulo César. **Movimentos Sociais Surdos e a Educação: tecendo comentários sobre a proposição da abordagem bilíngue para surdos**. UNISUL: Santa Catarina, 2004.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2002.

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

ORSONI, Liliene Costa Antunes Machado. **A produção de sentidos da surdez e de filhos surdos**. 2007. Disponível em: <<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/LilianeCostaAntunesMachadoOrsoni.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **A Invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

_____. **Psicologia da Educação de Surdos**. 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/174580621/PSICOLOGIA-DA-EDUCACAO-DE-SURDOS>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

_____. **Ser e estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin Lílian. **Fundamentos da Educação de Surdos**. 2008. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bspPskc24S0J:www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras_antigo/unidade3/UNIDADE_3_agosto.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os Estudos Surdos**. 2004. Disponível em: www.feneis.org.br/educacao/artigos_pesquisas/estudos_surdos.htm. Acesso em: 21mar. 2014.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SANTOS, K. R. O. R. P. Projetos educacionais para alunos surdos. In: LODI, A.C.B; MÉLO, A. D. B; FERNADES, E. (Orgs.). **Letramento, Bilinguismo e educação de Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Completas**. Tomo V - Fundamentos da Defectologia. Ciudad de La Habana: Pueblo e Educación, 1983/1995.